

Bibliografia comentada sobre políticas de ampliação da jornada escolar

Gesuína Fátima Elias Leclerc

Jaqueline Moll

193

ALMEIDA, Marlúcia Ferreira Lucena de. *O xadrez no ensino e aprendizagem em escolas de tempo integral: um estudo exploratório*. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8563/1/2010_MarlucaFerreiraLucenadeAlmeida.pdf>.

A prática do xadrez por alunos do ensino fundamental em escolas de tempo integral em Palmas (TO) é analisada a partir de um referencial teórico pautado em estudos que demonstram a importância no contexto escolar da inovação do professor como agente de mudança, do lúdico e da criatividade. O objetivo da pesquisa foi verificar a importância da prática do xadrez como um recurso pedagógico para o processo de aprendizagem, a formação do caráter e de qualidades como autocontrole, vontade, disciplina, autoconfiança, concentração, entre outras. Na metodologia, adotou-se a abordagem qualitativa, por entender-se ser ela adequada para a investigação educacional. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a entrevista semiestruturada e a análise documental. A investigação demonstrou que a prática do xadrez, além dos benefícios citados ao longo do referencial teórico, é um instrumento pedagógico que auxilia nas disciplinas de alfabetização e matemática. Esse resultado contribuirá para a inclusão da prática do xadrez em outras escolas e para investigações futuras dos benefícios do xadrez a outras disciplinas do currículo.

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. *Educação cidadã e educação integral: fundamentos e práticas*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010. 123 p.

Uma escola que seja estatal quanto ao financiamento, comunitária e democrática quanto à gestão, pública e popular quanto à destinação também é pressuposto para a educação integral. Esse pressuposto é apresentado mediante o argumento de que os sujeitos da educação cidadã e integral precisam ser sustentados por uma prática mais vigorosa do que o enunciado de sua crítica. A cidadania como convergência e fundamento dessa relação explicita-se na pedagogicidade dos espaços, para além da sala de aula. Destaca-se a Rede Município que Educa, vivenciada por meio das relações institucionais do Instituto Paulo Freire (IPF), com foco na garantia de direitos em toda a municipalidade e no acompanhamento permanente da gestão pública. Apresenta reflexões que sugerem eixos para a educação cidadã e integral, em diálogo com os instrumentos práticos da política educacional, principalmente com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

BARROS, Kátia Oliveira de. *A escola de tempo integral como política pública educacional: a experiência de Goianésia-GO (2001-2006)*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/3798>>.

194

A abordagem qualitativa com um “olhar dialético” foi a metodologia utilizada para compreender como os sujeitos (docentes, discentes, pais, gestor, coordenador pedagógico e funcionários) envolvidos em uma escola do município de Goianésia (GO) percebem os limites e possibilidades da experiência de escola de tempo integral como política pública voltada para a melhoria da prática social da educação, no período de 2001 a 2006. A investigação empírica utilizou a observação, a análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Três eixos analíticos foram evidenciados nos discursos e na literatura pertinente: *o uso do tempo na escola*, como a escola desenvolve a *educação para a democracia* e como a escola direciona suas ações para a oferta de uma *educação de qualidade*. A pesquisa traz reflexões acerca da possibilidade de a escola de tempo integral tornar-se uma oportunidade única de reinventar a escola pública, visto que essa escola, como patrimônio essencial da sociedade, pode ser instrumento para melhoria da democracia e para a inserção de conhecimento intensivo na sociedade, beneficiando todas as classes sociais.

BRANCO, Verônica. *O desafio da construção da educação integral: formação continuada de professores alfabetizadores do município de Porecatu (PR)*. 2009. 222 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <www.ppge.ufpr.br/teses/D09_branco.pdf>.

Relata a pesquisa-ação realizada por pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) quanto às superações dos docentes das séries iniciais do ensino

fundamental para com profissionais da educação da rede pública de ensino municipal de Porecatu, cidade situada na região norte do Estado do Paraná. O trabalho considerou como prioritária a formação continuada dos professores, tendo como embasamento teórico os conteúdos de Didática, Psicologia da Educação e Língua Portuguesa: Alfabetização e Letramento. A formação teve como objetivo principal orientar no planejamento e no desenvolvimento do ensino nas escolas de educação integral em tempo integral daquele município e foi executada nos anos de 2005 a 2007. Os resultados revelam as possibilidades e as dificuldades de aprenderem os conteúdos focados. Este trabalho apresenta também um conjunto de materiais de ensino e aprendizagem, de estratégias didáticas e de metodologias desenvolvidas com os participantes no decorrer do processo de formação continuada, além de testar materiais previamente concebidos pelas pesquisadoras dentro da instituição UFPR. Acredita-se que esses materiais podem servir como subsídio para a formação continuada de um número maior de professores, instrumentalizando-os para a implementação da educação integral em tempo integral.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada e Diversidade (Secad). *Educação integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília: MEC/Secad, 2009. 52 p. (Série Mais Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf> .

Desde o final de 2007, e ao longo do primeiro semestre de 2008, um grupo de trabalho convocado pelo MEC reuniu-se periodicamente e produziu o texto-referência para o debate nacional que acompanha as ações indutoras da política de educação integral. O texto evidencia um panorama em que a educação integral é debatida como reconhecimento e alargamento de direito, parte das políticas de enfrentamento das desigualdades e de combate à pobreza, no contexto de políticas de avaliação dos sistemas de ensino, com foco na aprendizagem dos estudantes. Essa condição de política pública é apresentada em perspectiva histórica, como experiência institucional, por meio dos marcos jurídicos, de financiamento e do acúmulo conceitual, que contribuíram para que a temática seja parte da agenda política nacional. A posição afirmada nessa agenda destaca a construção da proposta de educação integral em tempo integral como um conjunto de tarefas que devem: 1) alargar saberes, currículos e aprendizagens; 2) evidenciar o protagonismo dos poderes públicos e da sociedade civil para que o Estado assegure o direito à educação, implemente ações intersetoriais que potencializem a oferta de serviços públicos, espaços educadores sustentáveis dentro e fora da escola, para e com as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias; 3) intensificar a relação entre as comunidades e as escolas.

CASTRO, Adriana; LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. *Ensaio: Avaliação de Políticas Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 259-282, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362011000300003&script=sci_arttext&lng=pt> .

No Estado de São Paulo, no ano de 2006, foram implantadas mais de 500 escolas de tempo integral, no ensino fundamental da rede pública estadual, com o objetivo de ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos. A jornada discente foi estendida e o currículo básico foi incrementado com as oficinas curriculares. Este artigo analisa a correlação entre os objetivos arrolados pela política educacional e os dados da experiência concreta, a fim de compreender os avanços, desafios e limites da proposição de uma educação pública de melhor qualidade a partir da Escola de Tempo Integral. Trabalhou-se com dados coletados em um estudo de caso. Entre suas principais conclusões, pode-se afirmar que a extensão da jornada discente não pode ser apenas uma questão de ampliação de tempo, mas de uma organização escolar que contemple e qualifique as atividades obrigatórias e as atividades de livre escolha do aluno.

CELLA, Rosenei. *Educação de tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas*. 2010. 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=190287>.

Entre as principais experiências brasileiras em educação de tempo integral e que têm servido de base para a concretização de novos modelos de escola, está a Escola-Parque da Bahia, idealizada por Anísio Teixeira, na década de 1950, como também os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) do Rio de Janeiro, no governo Brizola. São elencadas também políticas públicas atuais direcionadas para o financiamento da ampliação da jornada escolar nas escolas públicas brasileiras, com destaque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Programa Mais Educação. O debate sobre a qualidade da educação também perpassa este trabalho, pois os investimentos na educação só se justificam quando o objetivo é a garantia da aprendizagem e a efetiva melhoria do processo de ensino. Dirigentes municipais de educação de 25 Estados brasileiros foram ouvidos a respeito das possibilidades de implantação da educação de tempo integral nos municípios em que atuam e das variáveis que dificultam o processo de ampliação da jornada escolar. As respostas do questionário aplicado aos dirigentes municipais trazem alguns indicativos sobre as dificuldades encontradas pelos municípios que desejam implementar a educação de tempo integral em suas escolas. Conclui que grande parte dos dirigentes entende que a educação de tempo integral é uma alternativa pedagogicamente valorizada, mas existem ainda muitos entraves à sua implantação, pois a responsabilidade fiscal dos municípios limita determinados investimentos e contratações.

CUIABÁ (MT). Secretaria Municipal de Educação (SME). DOMINGUES, Julieta dos Santos Ribeiro Nunes; LUZARDO, Rosa Maria Araújo (Org.). *Programa de Educação Integral Educa Mais: uma proposta para a rede municipal de ensino*. Cuiabá: Central de Textos, 2009. 120 p.

O *Programa de Educação Integral Educa Mais*, que começou a ser desenvolvido pela Prefeitura de Cuiabá em parceria com o Governo Federal em 2008, encontra-se dividido basicamente em cinco partes: concepção de educação integral, proposta pedagógica, princípios do programa, estrutura de atendimento, acompanhamento e monitoramento. Perpassando essa divisão, têm-se os aspectos da organização curricular para propiciar o acesso a diferentes fontes de informação e linguagens e a incentivar a participação social. Os componentes da proposta pedagógica incluem fundamentação metodológica, organização e matriz curricular. A fundamentação está centrada na ideia de currículo integrado em relação às aprendizagens formais e não formais como esforço para superar a dicotomia entre atividades escolares e extraescolares. Ao mesmo tempo, preconiza a flexibilidade curricular, para ampliar as oportunidades de aprendizagem por meio de experiências socialmente relevantes e para favorecer o trabalho coletivo e o equilíbrio entre as diferentes experiências de conhecimento (científica, artística, cultural, etc.). Sua matriz curricular é constituída pelos componentes curriculares (linguagens, ciências naturais, ciências humanas) e pelos eixos estruturais (Comunicando com o mundo, Cultura viva, e Esporte e vida com saúde). Esses componentes suscitam a explicitação das referências conceituais próprias de cada eixo. São apresentados ainda os princípios, a estrutura de atendimento aos estudantes, engajamento dos pais, estratégia organizativa com os profissionais – planejamento, formação e outros. O anexo contém o Decreto nº 4.688, de 23 de junho de 2008, que dispõe sobre o programa.

DIAS, Adriana. *Avaliação das condições de conforto térmico e acústico de salas de aula em escola de tempo integral: estudo de caso da Escola Padre Josimo em Palmas (TO)*. 2009. 141 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp115226.pdf>>.

A necessidade de obtenção do conforto térmico e acústico em Escolas de Tempo Integral (ETIs) em Palmas (TO) é analisada com base em dois parâmetros: o térmico, em decorrência das elevadas temperaturas constantes durante o ano, e o acústico, em função dos conflitos gerados pelas inúmeras atividades esportivas e artísticas oferecidas nas ETIs, de forma simultânea às do currículo formal. O conforto térmico e o acústico podem interferir positivamente no processo de crescimento intelectual dos alunos, pois estão diretamente relacionados ao desempenho do ensino-aprendizagem dos usuários das referidas escolas. Para tanto, coletaram-se os dados de temperatura e umidade e dos níveis de ruído no interior das salas de aula em horário crítico. Aplicou-se questionário aos professores e demais funcionários da escola, com perguntas abertas e fechadas relacionadas ao conforto térmico e acústico da edificação. Posteriormente, analisou-se o projeto arquitetônico, considerando-se a implantação do edifício, a forma e a disposição, os materiais aplicados e as aberturas, juntamente com os fatores climáticos de Palmas. De posse dos dados, cruzaram-se as informações coletadas com os parâmetros estabelecidos

nas Normas Brasileiras (NBRs) vigentes. Com base nesses elementos, assim como nos conceitos expostos por renomados autores referentes ao tema, elaboraram-se sugestões para projeto arquitetônico de ETIs em Palmas.

DIB, Marlene Aparecida Barchi. *O Programa Escola de Tempo Integral na região de Assis: implicações para a qualidade de ensino*. 2010. 207 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2010. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/38868>>.

O Programa Escola de Tempo Integral (ETI), criado por meio da Resolução SE 89/2005, se configura na primeira iniciativa de ampliação do tempo escolar no ensino fundamental da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Implantado em nove escolas da Diretoria de Ensino da Região de Assis, buscou-se averiguar se os alunos das escolas que a ele aderiram apresentaram melhorias na aprendizagem. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os envolvidos em sua implantação, na investigação de ações pedagógicas relevantes desenvolvidas nas oficinas curriculares e na análise dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp), o qual serviu como parâmetro para identificar o impacto e os efeitos desse programa nas escolas. Para aquilatar a aprendizagem oferecida nas Escolas de Tempo Integral (ETIs), buscou-se nos dados do Saresp de 2005 e 2007 as médias obtidas pelos alunos nesta avaliação, classificando as escolas como grupo I (ETI), as escolas que aderiram ao programa, e grupo II (ETP – Escola de Tempo Parcial), as que mantiveram seu horário parcial de atendimento aos alunos, procedendo à análise comparativa dos avanços desses dois grupos. A partir da análise qualitativa, foram comparados os rendimentos obtidos entre os anos de 2005 e de 2007, o que possibilitou afirmar que o programa Escola de Tempo Integral, ao ser implantado e implementado na região de Assis, causou impacto positivo e identificável a favor da aprendizagem dos alunos das ETIs quando comparados aos avanços apresentados pelos alunos das ETP.

ESBJORN-HARGENS, Sean; REAMS, Jonathan; GUNNLAUGSON, Olen. The emergence and characteristics of integral education: an introduction. In: ESBJORN-HARGENS, Sean; REAMS, Jonathan; GUNNLAUGSON, Olen (Orgs.). *Integral education: new direction for higher learning*. Albany: State University of New York, 2010. 398 p.

No capítulo introdutório, os organizadores apresentam resultados de três anos de interlocução realizada nos âmbitos do Instituto de Estudos Integrais da Califórnia e da Universidade John F. Kennedy. Eles configuram um leque de pontos de vista e experiências formais e não formais, metodologias de ensino e aprendizagem articuladoras de dimensões da subjetividade, intersubjetividade, objetividade e das dimensões do ser, da cultura e da natureza, pesquisa participante, expressões artísticas e análise empírica; combinam experiências críticas, experiências do

pensamento abstrato e experiências de sentimento; incluem *insights* da Psicologia do Desenvolvimento que reconhecem diferentes estágios de personalidades dos estudantes e dos professores; evidenciam práticas pessoais regulares de transformação nos diferentes engajamentos da vida de estudantes e professores; incluem múltiplos meios de conhecimento (cognitivo, emocional, moral, estético, transpessoal) e suas formas distintas de aprendizagem. O capítulo apresenta o pano de fundo para a compreensão de iniciativas históricas e emergentes de educação integral, dos fundamentos teóricos e das abordagens distintas (pedagogia integral, currículo integral, modos de aprendizagem e pesquisa integrais), como as de Rudolph Steiner, Alfred North Whitehead, Liddu Krisnamurti, Sri Aurobindo, bem como John Dewey, Maria Montessori e Jack Mezirow, estudos de caso associados aos contextos pós-secundário e de ensino superior que serão contemplados nos outros capítulos da coletânea.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. A instituição formal e a não-formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 163-182, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n3/v27n3a09.pdf>>.

A construção do currículo de uma escola de tempo integral é analisado em um contexto educacional formado pela parceria entre duas instituições (formal e não-formal), com o intuito de identificar os desafios e as possibilidades de tal construção que apontem para uma concepção integral de educação. A investigação desenvolveu-se em uma perspectiva qualitativa, compreendendo observação, análise documental e entrevistas com os educadores das duas instituições. Da análise realizada, a partir da organização e do funcionamento da estrutura curricular e do desenvolvimento coletivo da profissionalidade, constatou-se que os desafios e as possibilidades para a construção de tal currículo só se tornam possíveis quando as instituições superarem a distinção existente entre elas, assumirem a construção de um único currículo, realizarem um trabalho coletivo e se encorajarem a olhar criticamente para o seu cotidiano, sendo capazes de propor ações que sejam fruto de uma interação com a comunidade e a cultura onde atuam.

FONSECA, Marília Massars. *Resgate da história de implantação do Caic Paulo Dacorso Filho na UFRRJ e a perspectiva de sua transformação em um centro de ensino e pesquisa aplicado à educação agroecológica*. 2010. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=185205>.

Em 1992, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) implantou um Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente (Caic) com o objetivo de atender

aos alunos dos Cursos de Licenciatura da Universidade e às crianças do município de Seropédica. O Centro fazia parte de um projeto do Governo Federal (Decreto nº 539/92) com o objetivo de promover ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social relativas à criança e ao adolescente e a sua integração na comunidade. Foram utilizados dados qualitativos primários (entrevistas semiestruturadas) e secundários (documentos oficiais) para analisar o histórico da implantação do Caic Paulo Dacorso Filho (1994-1997) e propor a sua transformação em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica, administrado unicamente pela UFRRJ. Os principais temas abordados foram: o contexto educacional das décadas de 1980 e 1990, o processo de municipalização da educação escolar no Brasil, os programas educacionais de tempo integral de maior visibilidade nas décadas de 1980 e 1990, a educação integral e a agroecologia. Os temas foram selecionados por sua relação com este objeto de estudo. Os resultados sugerem que o modelo de gestão compartilhada dificultou o funcionamento do Caic, devido a mudanças de governo estadual e municipal e por confrontarem com o projeto pedagógico proposto pela UFRRJ, por exemplo, descontinuidade no fornecimento da merenda escolar, alta rotatividade de professores, o que dificultou sua formação continuada, perdas salariais para os funcionários estaduais, entre outros. O estudo propõe que os objetivos e diretrizes do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica estejam aliados aos interesses da UFRRJ no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, onde a vertente agroecológica seja a base das experiências curriculares. Propõe também que esta unidade educacional seja um local para formação de professores da rede municipal e estadual, bem como um campo de prática adicional para formação de alunos de graduação da UFRRJ. Por fim, que ofereça à comunidade um ensino de qualidade e contribua para a construção do pensamento crítico e redução das desigualdades sociais.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 2, p. 403-422, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss2articles/galian-sampaio.pdf>>.

Por meio da identificação do teor de algumas indicações oficiais sobre o tempo de permanência dos alunos nas escolas brasileiras e de experiências em torno da busca por uma educação integral, discute-se a ausência da necessária reflexão sobre a composição do currículo de uma escola com tempos alargados, discussão sobrepujada pelo debate sobre como fazer tal mudança. Essas são as indagações centrais de uma pesquisa em andamento que procura identificar concepções e práticas apontadas em torno de educação integral e proposições curriculares que se articulem a essa perspectiva. Diferentes significados encontrados nesses documentos permitem apontar a cultura como denominador comum nas propostas que visam novas abordagens transformadoras e favoráveis à formação para a cidadania. Nesse sentido, explicita-se a necessidade da continuidade das investigações, focalizando

o tratamento dispensado às questões da cultura nas propostas de Estados e municípios que a tomam como eixo de integração curricular.

GOMES, Maria do Carmo Rodrigues Lurial. *Escola de tempo integral: redimensionar o tempo ou a educação?* 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=149298>.

De caráter qualitativo e exploratório, a pesquisa teve como procedimentos metodológicos: análise documental com foco na legislação de implantação e nas Diretrizes para a Escola de Tempo Integral e documentos advindos após essa publicação; entrevistas semiestruturadas realizadas com dois diretores e dois professores coordenadores envolvidos com a implantação deste projeto; questionário aplicado aos professores das duas escolas que atuam no currículo básico e nas oficinas curriculares; e realização de dois grupos focais envolvendo vinte professores das duas escolas. Os dados coletados foram analisados com base na Pedagogia Histórico-Crítica, contextualizando a experiência a partir do ideal formativo dos movimentos anarquista e Escola Nova. Na análise e interpretação dos dados, foi possível perceber, tanto na legislação de implantação do projeto quanto na manifestação dos professores, a concepção de educação compensatória destinada à camada pobre da população atendida. As diretrizes fundamentam-se em concepções preconizadas pelo movimento escolanovista, mas as condições físicas das duas escolas, bem como os recursos disponibilizados e a falta de formação dos envolvidos, inviabilizam tal concepção. A pesquisa aponta para a necessidade de discussões, formação continuada dos professores e reflexões que ultrapassem a preocupação apenas com o fazer diário na dinâmica escolar para uma construção crítica desse processo que proporcione aos alunos experiências significativas mediante a garantia de acesso ao saber sistematizado, razão da existência da instituição escolar.

201

GOULART, Bia. *Centro de São Paulo: uma sala de aula – experiência modelo de aplicação do conceito de bairro escola em São Paulo*. São Paulo: Peirópolis, 2008, 120 p.

A relação da experiência apresentada neste livro com a escola deve-se principalmente à formação de educadores, estratégia principal e estruturante do programa denominado *São Paulo é uma sala de aula*, vivenciado de 2005 a 2008, coordenado e implementado pela Prefeitura de São Paulo, Subprefeitura da Sé. Sua concepção resultou da necessidade de superar a resistência (medo e aversão) dos professores e das famílias das escolas da rede municipal participantes em relação às atividades fora de sala de aula, realizadas no centro da cidade de São Paulo. A princípio restrito às escolas do centro da cidade, o programa chegou a ser ampliado para toda a rede. A metodologia alternou aulas teóricas com formação itinerante, por meio de visitas monitoradas, aulas-passeio e construção de trilhas educativas. Seu principal objetivo foi possibilitar a utilização do território como conteúdo

pedagógico e espaço de aprendizagem. A experiência foi vivenciada como prática de educação integral em contextos de proposição de cidade educadora. Tem-se a recuperação histórica dessas práticas e do que pode se constituir como biografia de seu território. A principal estratégia utilizada foi a formação dos educadores, feita em parceria com a Associação Cidade Escola Aprendiz. Destacam-se o problema da insegurança em relação aos deslocamentos pelo centro da cidade, visto em relação aos aspectos de ameaça às crianças, e as estratégias utilizadas para efetivação da experiência.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Escola em tempo integral já: quando quantidade é qualidade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 231, p. 18-23, out. 2006. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD005_1.pdf>.

A quantidade de escolas no Brasil só é suficiente porque o tempo diário de permanência de seus estudantes é baixo – se a jornada escolar brasileira fosse de dia inteiro, ficaria evidenciado o déficit de escolas e, igualmente, o déficit de profissionais de educação. Afinal, o tempo diário de permanência na escola é importante? Intuitivamente, a jornada chilena de cerca de seis horas e a coreana de oito horas contribuem para a proficiência desses países, mensurada em termos da metodologia do Programa para Avaliação Internacional de Estudantes (na sigla inglesa, PISA), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A autora destaca a relação quantidade e qualidade em contexto de desigualdade social, no Brasil, em razão da importância da expansão do bem-estar. A defesa da escola de tempo integral tem ênfase em razões pedagógicas e para além delas, pois manter a organização do tempo escolar por meio dos turnos é como deixar solta a engrenagem da desigualdade – por isso, é urgente modificar essa realidade.

202

MAFFI, Marla Maria Debastiani. *Políticas de educação infantil e escola em tempo integral: entre a formulação legal e a prática cotidiana*. 2009. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=183163>.

A pesquisa objetivou verificar a plausibilidade da política de tempo integral para escolas de educação infantil, levantando potenciais e limites de tal política, caminhando entre a formulação legal e a prática cotidiana na realidade de um município localizado no norte sul-rio-grandense. A metodologia adotada foi a observação participante, realizada no contexto de uma escola municipal de educação infantil que recebeu o nome fictício de “Amarela”. Os instrumentos da pesquisa foram as memórias e caderno de campo produzidos no processo de interação diário e sistemático com os sujeitos de pesquisa: a comunidade escolar afeta a esta escola, ao longo do ano de 2008. Inicialmente, foram destacadas categorias de análise, entre

as quais a rotina caracterizou-se como base de discussões. Como conclusão, aponta que não basta ampliar o tempo de permanência discente na escola, se esse tempo não se fizer acompanhar por um consistente projeto educativo que permita colocar a centralidade da organização escolar no setor pedagógico, ou seja, nos interesses e necessidades da criança, sobrepondo-os aos interesses de racionalização financeira das administrações e do caráter “crecheiro” historicamente marcado pelo assistencialismo.

MASCELLANI, Maria Nilde. *Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados*. São Paulo, Instituto Israelita de Estudos e Pesquisa (Iiep), 2010. 280 p. [Tese de doutorado em Educação defendida na USP em 1999]. Disponível em: <<http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/docs/pedagogia.pdf>> .

A experiência dos ginásios vocacionais é revisitada por meio da tese de doutorado da autora, que coordenou o Serviço de Ensino Estadual Vocacional de 1962 a 1969. Esses ginásios foram instituições de ensino em tempo integral, para estudantes na faixa etária de 11 a 13 anos – para entrada –, com duração de quatro anos, instalados na capital, na Grande São Paulo e no interior do Estado. Mediante o desenvolvimento da proposta, houve a necessidade de oferecer o ensino noturno para atender jovens e adultos trabalhadores. A experiência foi destruída pelo regime militar e retomada depois de 30 anos, como objeto de estudo etnográfico. Em 1995, serviu de inspiração para a criação do Programa Integrar, voltado para a formação de trabalhadores desempregados, inicialmente por meio da parceria entre a Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), a Confederação Nacional dos Metalúrgicos e a Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT); foi ampliado com a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Estadual de Campinas e de outras entidades. O sentido do termo vocacional que denomina a experiência está associado ao primado da pessoa em relação a todas as coisas, tendo o trabalho como mediação, condição de realização pessoal e de transformação social. A tese destaca os elementos que compõem a proposta pedagógica dos ginásios vocacionais e do Projeto Integrar e que constituem, ao ver da autora, uma proposta pedagógica distinta das modalidades oferecidas às populações trabalhadoras até hoje no Brasil.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para consolidação da política pública. In: MOLL, Jaqueline (Org). *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos educativos*. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 129-146.

O debate sobre educação integral como política pública é associado às proposições para oferta de educação escolar de dia inteiro e ao enriquecimento das possibilidades formativas dos estudantes. Ao evocar de modo conciso os legados de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, considera um quadro de desafios e soluções para o

debate contemporâneo em relação à arquitetura, à organização espaço-temporal e ao urbanismo, aos conteúdos, aos profissionais, à relação escola-comunidade e às outras tarefas ampliadoras do tempo diário de permanência na escola. Esse quadro é vivenciado por meio das ações indutoras de educação integral, que expõe novos desafios, como a superação do paralelismo turno/contraturno e a desnaturalização do olhar sobre a escola organizada em turnos; ação intersetorial e articulação entre escola e comunidade; formação e produção de conhecimento; e universalização das experiências de educação integral como direito.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). *Tempo de permanência na escola*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. 109 p. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpe/>>.

A cobertura escolar é um fenômeno que vai além da variável se a criança frequenta ou não a escola. Ir além significa saber qual é a extensão do tempo de permanência na escola e seus componentes. Destaca-se a construção da metodologia para auferir o Índice de Jornada Escolar (IJE) de modo a fundamentar o argumento de que a escolha da jornada é uma das poucas variáveis da política educacional sob o controle dos gestores, e sua ampliação tende a melhorar o aprendizado dos estudantes. A pesquisa foi demandada pelo movimento Todos pela Educação, pela Fundação Educar Dpaschoal, pelo Instituto Unibanco e pela Fundação Getúlio Vargas, aplicada com base no questionário da educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE, 2004-2006).

PEGORER, Valter. *Os sonhos do povo: a escalada de um padre que casou e tornou-se prefeito três vezes – inspiração para gestores públicos e líderes comunitários na realização dos sonhos das pessoas*. São Paulo: Textonovo, 2010. 227 p.

O autor narra histórias sobre seu trabalho como prefeito da cidade de Apucarana, entre as quais oferece elementos que permitem a compreensão da proposta de educação integral do município. Essa proposta figura-se no pacto pela educação como frente de todas as políticas públicas na referida gestão municipal. A interlocução para esse pacto foi feita por meio da constituição de células comunitárias que organizam a população, metáfora derivada da biologia, conforme descrição do autor, ex-prefeito de Apucarana. O tema foi enredado no conjunto de histórias vividas e contadas pelo autor, majoritariamente guiado por um estilo aproximado de memorial. Destaca-se a decisão pela oferta da educação em tempo integral, de 7h30 às 16h30, na escola.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista*. Campinas: Autores Associados, 1995. 244 p.

Este clássico estuda a reforma republicana do ensino público paulista (1890-1896), com a criação de escolas de todos os níveis (do jardim de infância ao ensino superior). Destaca-se o Programa do Partido Republicano Paulista, em seu capítulo referente ao ensino, que é preconizado para ser completo, profícuo, integral e concreto, na medida em que se constituiria na recapitulação das verdades científicas. A instrução deveria ser integral, tão completa quanto possível, e só terminar no ensino superior. A hipótese de trabalho é que esse esforço perdurou enquanto se manteve a crença no papel da educação integral como instrumento de reforma política. O esforço decorre ainda da criação de mecanismos de exercício do poder pela via eleitoral. Foi uma fase de confiança, inspirada nas experiências internacionais, sem referência nas contradições das realidades brasileiras, e nisso reside seu aspecto ilusório.

RIBEIRO, Elizete Gonçalves; CASAGRANDE, Rosângela (Orgs.). *Diretrizes para educação em tempo integral na rede pública municipal de ensino de Cascavel*. Curitiba: Assoeste, 2010. 256 p. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/25032011_diretrizes_educacao_tempo_integral.pdf>.

O documento que se constitui em diretrizes para a educação em tempo integral na rede pública municipal de ensino de Cascavel foi elaborado em 2010, mas a implementação da política data de 2002, quando tiveram início os projetos com atividades complementares, no tempo diário escolar de oito horas, na forma de turno e contraturno. Em 2009, a experiência foi redimensionada por meio da Portaria 004/2009, definindo-se a oferta dos laboratórios para a educação em tempo integral na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: arte, artes marciais, ciências, educação física, língua portuguesa e matemática. O documento é apresentado na forma de tópicos sobre o contexto histórico, institucional e concepção da política; a avaliação do processo ensino e aprendizagem; e o funcionamento de cada um dos laboratórios e de suas respectivas atividades.

ROSA, Alessandra Victor do Nascimento. *Educação integral e(m) tempo integral: espaços no Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu*. 2011. 173 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgedu/neephi/producoes/dissertacoes/alessandra-victor-do-nascimento-rosa-educacao-integral-e-m-tempo-integral-espacos-no-programa-bairro-2013-escola/view>>.

A concepção de espaço do Programa de Educação em Tempo Integral do Município de Nova Iguaçu, denominado comumente de Bairro-Escola, é investigada a partir das seguintes questões: Qual a trajetória do Programa de Educação em Tempo Integral de Nova Iguaçu, notadamente no que se refere à utilização dos espaços públicos e não públicos? Qual a concepção de espaço do programa? Como

está sendo a utilização dos espaços públicos e não públicos na realização das práticas pedagógicas? A metodologia adotada foi o estudo de caso de cunho qualitativo e, na análise dos dados, optou-se pela Análise de Conteúdo. O estudo foi dividido em três momentos: pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão; entrevistas semiestruturadas com dez sujeitos que vivenciaram a implementação do programa; e observação do cotidiano de uma escola que o colocou em prática. Os resultados da investigação sinalizaram que a jornada escolar de tempo integral do município foi criada a partir dos pressupostos do acordo das Cidades Educadoras, se insere numa concepção assistencialista de educação e fomenta acordos com instituições parceiras para a concretização do tempo integral. Além disso, foi possível constatar também que uma proposta de jornada escolar em tempo integral, que para a sua consecução precisa de espaços ociosos em torno da escola, as chamadas parcerias, tende a não se concretizar quando o território é carente de infraestrutura e de equipamentos sociais e culturais.

SANT'ANA, René Simonato; LOOS, Helga; CEBULSKI, Márcia Cristina. Afetividade, cognição e educação: ensaio acerca da demarcação de fronteiras entre os conceitos e a dificuldade de ser do homem. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 36, p. 109-124, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a09n36.pdf>>.

206

Os conceitos afetividade e cognição – e suas implicações na educação – são discutidos a partir da ideia de que a diferença entre humanos e demais seres decorre da necessidade de aprender a ser, ou seja, das dificuldades de ser do homem, advindas desse exercício, e não o emprego puro e simples da racionalidade. Schopenhauer apresenta a hipótese de que as noções de tempo e espaço são resultado da sensibilidade e percepção acerca, respectivamente, dos fenômenos do movimento e das relações das coisas no mundo. Infere-se então que, das relações estabelecidas ao longo de suas trajetórias existenciais entre as coisas e seres, nascem os afetos, ou seja, os modos como as coisas (ou seres) afetam ou são afetadas em suas diversas manifestações. Se a razão nada mais é do que a afetividade formatada ao modo humano, não haveria supremacia da cognição em detrimento da afetividade, por serem um e mesmo fenômeno: o do entendimento da realidade, baseando-se nos afetos sentidos e percebidos pelo sujeito. Tal premissa pode contribuir com o pensamento educacional ao (re)integrar a afetividade e a cognição, ao contrário do que se vem praticando: um privilégio exacerbado da educação racionalista. Essa (re) integração pode ocorrer pela conjunção da Arte, da Filosofia e da Psicologia, o que, de certo modo, defende a Pedagogia Waldorf, de Rudolf Steiner.

SANT'ANNA, Rejane Honório. *Projeto alunos residentes: uma alternativa para a inclusão social através da formação socioeducativa na experiência dos Centros integrados de Educação Pública na cidade do Rio de Janeiro, RJ*. 2010. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro,

2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=173995>.

Os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) do Estado do Rio de Janeiro despertaram na sociedade fluminense uma grande discussão a respeito do modelo de Educação Integral inspirado em Anísio Teixeira. A presente dissertação analisa o Projeto Alunos Residentes (PAR), um dos componentes dos Cieps, onde crianças e adolescentes em situação de risco recebiam um tratamento diferenciado. Além da escola em tempo integral, eram assistidos por uma família (pai e mãe social), podendo retornar para casa nos finais de semana. O objetivo do estudo é enfatizar a concepção de educação em tempo integral desenvolvida durante o I Programa Especial de Educação (I PEE/1983-1986), analisando mais profundamente o PAR. Para tanto, foram entrevistados ex-alunos, ex-pais sociais, ex-professores, ex-diretores e coordenadores do referido projeto, desvelando as marcas do PAR nesses diferentes agentes sociais que participaram do sistema público de ensino fluminense naquele momento histórico, na década de 80.

SANTOS, Felipe Rocha. *Os clubes escolares do Rio de Janeiro: alternativa de ampliação da jornada escolar*. 2010. 1993 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/felipe_santos.pdf>.

As experiências dos Clubes Escolares, datadas da década de 1990, foram cotejadas com as propostas dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), da década de 1980, buscando verificar como os Clubes Escolares se moveram diante das políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, transformando a sua organização e seu funcionamento no decorrer de sua existência. Constatou-se que os Cieps aumentaram o tempo institucionalizado dos alunos dentro da escola e os Clubes Escolares ofereceram atividades esportivas e artísticas para a complementação do tempo escolar mediante a auto-organização dos alunos. A análise dos documentos referentes ao Clube Escolar e das entrevistas realizadas com professores e ex-professores compreendeu o período de 1993 a 2007. Recolheu-se uma amostra abrangente e significativa, alcançando uma população que atuou/atua em cinco clubes escolares – Clube Escolar Fundão, Clube Escolar Pavuna, Clube Escolar Engenho de Dentro, Clube Escolar Mangueira e Clube Escolar Thomaz Soares da Silva (Zizinho) – entre os treze existentes na atualidade. Foram realizadas entrevistas com oito professores desses clubes escolares, priorizando a entrevista com um coordenador e um professor de cada clube visitado. Quando tal não foi possível, priorizou-se a realização das entrevistas com o professor que ocupava o cargo de coordenador/chefia. Acredita-se que as reflexões sobre a organização e funcionamento do clube escolar no decorrer de sua existência poderão suscitar questões e reflexões sobre o aumento da carga-horária escolar no Rio de Janeiro e em âmbito nacional.

SANTOS, Soraya Vieira. *A ampliação do tempo escolar em propostas de educação pública integral*. 2009. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2009. Disponível em: <http://bdtd.ufg.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/26/TDE-2010-04-12T154123Z-680/Publico/dissertacao%20soraya.pdf>.

A ampliação do tempo escolar por meio da implantação de propostas de escola integral tem sido crescente nas redes públicas no Brasil e este trabalho objetiva analisar como a ampliação do tempo escolar tem sido concebida em distintas propostas implantadas a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394/96). Para apreensão do cotidiano de uma escola integral, elegeu-se como *locus* de investigação uma escola municipal em tempo integral da rede de ensino de Goiânia, Estado de Goiás, onde se realizou pesquisa de campo por meio de análise documental, entrevistas e observação. A pesquisa empírica revelou que a característica central da organização do tempo nessa escola é a improvisação. Os resultados indicam quatro características fundamentais para a compreensão do tempo escolar nas propostas de escola integral, quais sejam: 1) certa desresponsabilização do Estado pela educação pública, ainda que a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola produza a aparente percepção de que o Estado está aumentando sua atuação; 2) ênfase na questão do risco social de crianças e adolescentes, de modo que a função de assistência social passa a ser incorporada às responsabilidades da instituição escolar; 3) distinção entre escola integral e educação integral, com base na ideia de que não basta oferecer uma escola de jornada completa, mas é preciso ofertar uma educação integral que extrapole o ambiente escolar; 4) busca por um “novo” modelo de escola para atender às novas exigências sociais. Essas características foram discutidas a partir do referencial teórico de Gramsci e das contribuições de Mészáros, tendo como base dois temas centrais: a relação entre Estado e sociedade civil e a educação integral na perspectiva de inovação educacional. O estudo sugere a necessidade de compreensão da escola como direito, na perspectiva de contribuir para o alcance de uma igualdade plena.

SILVA, Edilene Maria Lopes. *Implantação da educação em tempo integral no município de Juiz de Fora/MG: trajetória e perspectivas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=147639>.

Por se tratar de uma investigação baseada na Análise de Conteúdo, tomou-se como *corpus* de análise a seguinte documentação: o Plano Plurianual 2006/2009 (Lei nº 11.060, de 5 de maio de 2006); o Plano Decenal Municipal de Educação de Juiz de Fora 2006/2015 (Lei nº 11.145, de 31, de maio de 2006); Escola de Educação em Tempo Integral e as Diretrizes das Escolas de Educação em Tempo Integral do Município de Juiz de Fora de 2008 (Lei 11.669, de 22 de setembro de 2008); cinco

questionários respondidos por profissionais envolvidos no processo de implantação do referido Programa. Observou-se que o processo de implantação da educação em tempo integral em Juiz de Fora está centrado na participação coletiva e que o respeito à autonomia e especificidades das escolas está sendo levado em consideração. Os resultados indicaram que o processo de implantação do tempo integral nas escolas teve a preocupação de não se sobrepor, enquanto política pública, às decisões coletivas da comunidade escolar.

SILVA, Juliana Lopes da. *Experimentações em cultura, educação e cidadania: o caso da Associação Grãos de Luz e Griô*. 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4160/CPDOC2009JulianaLopesdaSilva.pdf?sequence=1>>.

Analisa-se as práticas e estratégias pedagógicas da Associação Grãos de Luz e Griô, localizada na cidade de Lençóis, região da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, e a elaboração de um projeto nacional em parceria com o Ministério da Cultura, no âmbito do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva, nomeado de Ação Griô, inspirado em sua experiência e metodologia. A proposta investigada busca integrar os saberes ditos comunitários de tradição oral em práticas educativas formais e não-formais com crianças e jovens tendo como referência a “Pedagogia Griô”.

209

SILVA, Yrila Ribeiro de Oliveira. *A construção dos Cieps e da escolarização em tempo integral através da formação continuada em serviço: memórias de professores*. 2009. 229 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000448504&fd=y>>.

A pesquisa faz uma contextualização do processo de implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) no Estado do Rio de Janeiro na primeira metade dos anos 1980 enfatizando o seu caráter inovador, polêmico e politicamente comprometido com a escolarização das crianças das classes populares. Do ponto de vista teórico, empregou-se, com base em Pierre Bourdieu, o conceito de *habitus*, com vista à apreensão das trajetórias familiares, escolares e profissionais das professoras. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da história oral de oito professoras que trabalham em Cieps, em três municípios do Estado do Rio de Janeiro, e vivenciaram diferentes momentos desde a sua implantação até os dias atuais. As principais conclusões revelam que o Ciep ainda é uma das mais relevantes políticas educacionais praticadas no Rio de Janeiro. Além disso, a experiência profissional nos Cieps e, em particular, a vivência da sua proposta de formação continuada tiveram e têm, até hoje, uma forte influência sobre a trajetória das entrevistadas no

tocante à sua autoestima profissional, à compreensão da importância estratégica do aperfeiçoamento continuado de sua formação, à afirmação do trabalho coletivo e dialógico como fundamento da prática docente, ao compromisso com a emancipação, pela construção do conhecimento e pelo sucesso escolar dos filhos das classes populares. As memórias das professoras revelam, com nitidez, que a socialização profissional nos Cieps produziu, nas docentes entrevistadas, um *habitus* suficientemente potente para estruturar seus modos de perceber o contexto em que vivem e suas práticas não apenas no âmbito profissional, mas também no plano político e pessoal.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, jul. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010>.

Para mostrar como o tempo constitui uma ordem que se experimenta e se aprende na escola, foram analisados a legislação e textos oficiais da administração do ensino paulista no final do século 19 e início do século 20. Compreende, pois, as primeiras prescrições detalhadas sobre o tempo constantes na reforma republicana da instrução pública de 1892, as regulamentações instituídas no decorrer da Primeira República, até o momento de criação do Código de Educação de São Paulo, em 1933, quando se inaugura uma nova fase da instrução pública no Estado. As análises incidem sobre dois aspectos: a formulação política do tempo escolar e a organização pedagógica e disciplinar do tempo na escola. Em relação ao primeiro aspecto, mostra como a ordenação do tempo pautou-se pela aspiração de uniformização e controle; nesse sentido, as autoridades do ensino público procuraram regulamentar a obrigatoriedade do ensino, a frequência, a duração do curso primário e a jornada escolar. Em relação à organização pedagógica e disciplinar do tempo, põe em destaque a ordenação minuciosa do emprego do tempo, compreendendo a racionalização curricular – a seleção e distribuição do conhecimento por séries, aulas e lições e a definição dos horários.

TAVARES, Celma. Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, Maringá, v. 31, n. 2, p. 141-150, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/5436/5436>>.

Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos são três práticas essenciais em um processo educativo que se fundamente na formação humana, compreendida como formação integral do ser humano, em que o ato de educar não seja sinônimo de escolarização e de transmissão de conteúdos,

mas entendido como práxis social. Nesta direção, os pontos de intersecção entre ditas práticas se fazem presentes tanto na prática pedagógica e no currículo como nos desafios que enfrentam para afirmar-se. Este artigo busca refletir sobre este tema a partir da discussão sobre uma prática pedagógica que tenha por objetivo o empoderamento de educandos, educandas, educadores e educadoras.

TEMPONI, Flávia; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Políticas de educação em tempo integral, de intersetorialidade e de desenvolvimento local: um diálogo possível? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 361-588, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/26422/15411>>.

As relações entre políticas de educação em tempo integral, de intersetorialidade e de desenvolvimento local no município de Contagem (MG) são analisadas com foco no Programa de Educação Integral Integrada e nos depoimentos dos coordenadores locais das unidades Educartes sobre as possibilidades que vêm sendo exploradas e os desafios encontrados. Constatou-se que o Programa de Educação Integral Integrada vem se beneficiando da sinergia produzida pelas interações de esforços setoriais e contribuindo para o alcance de resultados na promoção do desenvolvimento local.

VALE, Semila Bernardi. *O assentamento Dezessete de Abril e seu projeto de escola integral para o campo*. 2011. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2011-05-17T153639Z-3705/Publico/3613.pdf>.

Um projeto de tempo integral no cotidiano escolar foi implantado em um assentamento onde o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizaram há 13 anos, localizado no município de Restinga, Estado de São Paulo. O objetivo da pesquisa é verificar que tipo de educação tem sido oferecido para os alunos da Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) Leonnor Mendes de Barros, quais ou qual concepção de educação está por trás desse projeto e, por fim, verificar se essa educação tem contribuído na formação desses alunos. Devido ao fato de a escola localizar-se no meio-rural, buscou-se discutir a necessidade ou não de uma educação específica para a população do campo a partir do debate do “novo rural brasileiro”, das formulações que os movimentos sociais e intelectuais a eles ligados realizaram sobre uma proposta de Educação do Campo e da concepção de educação marxista.

Esta obra foi impressa no Rio de Janeiro,
em 2012.
Capa impressa em papel cartão supremo 250g
e miolo em papel off-set 75g.
Texto composto em Egyptian 505 Lt BT corpo 10.